Portaria n.º 149/81:

Aprova o quadro de pessoal do Centro de Saúde Distrital de Beja.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Assuntos Sociais:

Portaria n.º 150/81:

Estabelece disposições quanto ao provimento do lugar de chefe da Divisão de Estudos, Planeamento e Pedagogia, da Direcção-Geral da Organização e Recursos Humanos.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Transportes e Comunicações:

Portaria n.º 151/81:

Alarga a área de recrutamento para os cargos de director de serviços da Direcção do Pessoal Aeronáutico e da Direcção da Navegação Aérea, da Direcção-Geral da Aviação Civil.

Ministério da Administração Interna:

Despacho Normativo n.º 39/81:

De delegação do Ministro da Administração Interna no Secretário de Estado da Administração Regional e Local de todas as competências referentes à Direcção-Geral da Acção Regional e Local, à Inspeção-Geral da Administração Interna, às comissões de coordenação regional e aos gabinetes de apoio técnico.

Despacho Normativo n.º 40/81:

De delegação do Ministro da Administração Interna no Secretário de Estado da Administração Interna de todas as competências referentes à Secretaria-Geral do Ministério, ao Gabinete de Informação e Relações Públicas, ao Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, à Auditoria Jurídica e aos governos civis.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público que o Governo da Papuásia-Nova Guiné depositou o instrumento de adesão ao Protocolo que emenda a Convenção Única de Estupefacientes de 1961.

Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo:

Despacho Normativo n.º 41/81:

Autoriza a Embaixada da Hungria a importar, com isenção de direitos, até ao limite máximo de cinco automóveis para uso oficial da referida missão diplomática.

Despacho Normativo n.º 42/81:

Autoriza a Embaixada de Cuba a importar, com isenção de direitos, até ao limite máximo de cinco automóveis para uso oficial da referida missão diplomática.

Despacho Normativo n.º 43/81:

Autoriza a Embaixada dos Países Baixos a importar, com isenção de direitos, até ao limite máximo de seis automóveis para uso oficial da referida missão diplomática.

Despacho Normativo n.º 44/81:

Autoriza a Embaixada da Suécia a importar, com isenção de direitos, até ao limite máximo de seis automóveis para uso oficial da referida missão diplomática.

Ministério das Finanças e do Plano:

Decreto-Lei n.º 23/81:

Estabelece medidas com vista a reforçar a dinâmica dos contratos de viabilização.

Ministérios das Finanças e do Plano e dos Assuntos Sociais:

Decreto-Lei n.º 24/81:

Estabelece normas às quais deverá obedecer o regime transitório previsto no artigo 12.º da Lei n.º 64/77, de 26 de Agosto (regime orçamental transitório para 1981).

Ministérios das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas:

Portaria n.º 152/81:

Desanexa, e transmite o seu domínio a favor da Santa Casa da Misericórdia de Montargil, para fins de utilidade pública, o prédio rústico denominado «Cova da Onça».

Ministérios das Finanças e do Plano e da Habitação e Obras Públicas:

Portaria n.º 153/81:

Dispensa as instituições de crédito de aplicar o limite previsto no n.º 6.º da Portaria n.º 969/80, de 12 de Novembro, que estabelece o enquadramento de benefícios previstos no Decreto-Lei n.º 435/80, de 2 de Outubro (concessão de crédito de incentivos financeiros à habitação).

Ministério da Educação e Ciência:

Decreto-Lei n.º 25/81:

Cria nas escolas secundárias com ensino agrícola a carreira de agente técnico agrícola.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Resolução n.º 8/81

Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 146.º e no n.º 1 do artigo 281.º da Constituição, o Conselho da Revolução, a solicitação do procurador-geral da República e precedendo parecer da Comissão Constitucional, declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 116.º do Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33 252, de 20 de Novembro de 1943, por violar o disposto no artigo 27.º, n.º 2, da Constituição.

Aprovada em Conselho da Revolução em 16 de Janeiro de 1981.

O Presidente do Conselho da Revolução, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

**CONSELHO DA REVOLUÇÃO
E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

Portaria n.º 136/81

de 29 de Janeiro

Considerando que a verba de 13 266 557\$, fixada pela Portaria n.º 632/79, de 30 de Novembro, como limite dos encargos anuais com o equipamento de informática do Exército, é insuficiente para fazer face

aos aumentos que irão verificar-se, ao abrigo das disposições legais em vigor, para executar o Plano de Desenvolvimento de Informática do Exército, nomeadamente com a implementação do teleprocessamento local e remoto, a substituição do computador existente no SIE, a instalação de uma base de dados, o aumento de capacidade dos órgãos informáticos de apoio às regiões militares e os problemas decorrentes da inflação:

Tendo em vista as disposições do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de Julho:

Mandam o Conselho da Revolução, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, e o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e do Plano, o seguinte:

1.º É autorizado o Exército, por intermédio do conselho administrativo da Direcção do Serviço de Finanças, a celebrar os contratos necessários à execução das tarefas cometidas à Direcção do Serviço de Informática do Exército, criada pelo Decreto-Lei n.º 949/76, de 31 de Dezembro, não podendo os encargos anuais exceder os seguintes quantitativos:

Em 1981 — 17 221 121\$;
Em 1982 — 25 383 039\$;
Em 1983 e seguintes — 41 462 895\$.

2.º As quantias mencionadas no número anterior correspondem ao somatório das seguintes importâncias:

1981:

13 266 557\$, autorizada do antecedente pela Portaria n.º 632/79;
1 989 984\$, para reajustamento dos encargos verificados com o aumento de 15 % previsto nos contratos já celebrados;
1 964 580\$, para duplicar a capacidade de memória central e dos discos do actual computador.

1982:

17 221 121\$, verba correspondente a 1981;
2 583 168\$, para reajustamento dos encargos verificados com o aumento de 15 % previsto nos contratos;
5 578 750\$, para aumento da capacidade dos órgãos informáticos de apoio às regiões militares e implementação do teleprocessamento local.

1983:

25 383 039\$, verba correspondente a 1982;
3 807 456\$, para reajustamento dos encargos verificados com o aumento de 15 % previsto nos contratos;
12 272 400\$, para implementação do teleprocessamento remoto, substituição do computador existente e instalação de uma base de dados.

3.º Fica o Exército autorizado a inscrever anualmente, no seu orçamento próprio, o crédito necessário para a execução do disposto no presente diploma.

Conselho da Revolução e Ministério das Finanças e do Plano, 13 de Janeiro de 1981. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Pedro Alexandre Gomes Cardoso*, general. — O Ministro das Finanças e do Plano, *Aníbal António Cavaco Silva*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO E AMBIENTE

Portaria n.º 137/81

de 29 de Janeiro

Considerando a necessidade de se dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo n.º 3.º do Decreto-Lei n.º 198/80, de 24 de Julho, que criou a Reserva Natural Parcial do Paul do Boquilobo, e no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 388/76, de 24 de Maio, que criou a Reserva Paisagística de Almada, e, por generalização, a outras áreas igualmente classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 264/79, de 1 de Agosto, cujos limites também necessitam de ser sinalizados:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente, o seguinte:

1.º — 1 — São aprovados os modelos de placas de sinalização referentes à Reserva Natural Parcial do Paul do Boquilobo, Reserva Paisagística de Almada, Parque Natural de Montezinho, Reserva Natural do Estuário do Sado, Reserva Natural da Ria Formosa, Sítio Classificado Açude da Agolada e Sítio Classificado Açude do Monte da Barca, de acordo com os desenhos anexos a esta portaria.

2 — Estas placas têm as dimensões de 0,60 m × 0,40 m e são de fundo branco, com as letras em preto, tendo no canto superior esquerdo o emblema do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, com letras e barras a preto e folha de carvalho a verde.

2.º — 1 — São aprovados os modelos de placas de sinalização referentes a reserva integral, reserva natural parcial, reserva botânica e refúgio ornitológico, de acordo com os desenhos anexos a esta portaria.

2 — Estas placas têm as dimensões de 0,40 m × 0,25 m.

3 — A placa referente a reserva integral tem o fundo vermelho e as letras em preto, com o emblema do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico no canto superior esquerdo.

4 — As placas referentes a reserva natural parcial a reserva botânica são de fundo branco, com uma faixa a vermelho com 0,06 m de largura desde o canto inferior esquerdo ao canto superior direito, tendo as letras a preto e o emblema do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico no canto superior esquerdo, com letras e barras a preto e folha de carvalho a verde.

5 — A placa referente a refúgio ornitológico tem fundo branco na metade superior esquerda e fundo vermelho na metade inferior direita, separadas pela linha da diagonal, com letras a preto e o emblema do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico no canto superior esquerdo, com letras e barras a preto e folha de carvalho a verde.

Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, 17 de Dezembro de 1980. — O Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente, *Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho*.